



CTA - Confederação das Associações
Económicas de Moçambique

**NOTAS DO EXMO SENHOR
AGOSTINHO VUMA
PRESIDENTE DA CTA
NA REUNIÃO NACIONAL DO INSS**

Maputo, 31 de Outubro de 2019

Senhora Ministra,

**Minhas senhoras e meus
senhores,**

**Quando recebi o convite para
dirigir umas notas a esta reunião,
inspirou a minha reflexão sobre o
lema o significado da palavra
modernizar que, nos diversos
dicionários, é descrita como “o**

acto de adaptar-se aos usos e costumes modernos”.

Precisamos, de facto, de buscar a modernidade e nos comprometermos no bem servir para que a nossa missão seja cumprida de forma a satisfazer os interesses dos contribuintes deste sistema.

Queremos aqui enaltecer o papel do INSS na reforma e modernização dos seus serviços, consubstanciados na entrada em funcionamento do Sistema de Informações da Segurança Social de Moçambique (SISSMO), uma plataforma que, através da introdução da e-contribuição, que veio trazer benefícios que

resultaram na diminuição dos prazos de atendimento aos beneficiários, pagamento de obrigações, entre outros.

Enaltecemos, também, a alteração feita ao período de contribuições para a reforma, que passou de 120 para 240 meses, embora tenhamos que reconhecer os prejuízos

infligidos àqueles que, dependentes da anterior norma, viram os seus benefícios coartados por falta de informação prévia e esclarecedora sobre a sua situação.

O desafio que se impõe é continuar a aprimorar o SISSMO para consolidar estes avanços e

facilitar a emissão de certidões de quitação, o controlo da situação contributiva e o acesso a informações importantes para os contribuintes.

Aqui devemos lamentar a falta de clareza em relação à emissão de certidões de quitação, em casos em que se verificam falhas decorrentes da transição do

sistema manual para o digital, que em muitas vezes penaliza empresas que, erradamente, foram registradas como devedoras de prestações que, alegadamente, deveriam ter sido pagas a mais de 10 anos.

Sendo a quitação um documento essencial para participação em determinados círculos

económicos, a empresa incorre em prejuízos avultados caso não a obtenha, traduzindo-se isto em mais uma forma de penalização.

Não estamos a favor do não pagamento das obrigações das empresas com o sistema de segurança social. Aliás, como CTA, reconhecemos este como um dever fundamental que as

empresas devem cumprir com religiosidade, considerando que toca directamente com as vidas e segurança social de todos os trabalhadores e suas famílias.

Como forma de continuar a trazer soluções para a questão suscitada pela emissão de certidões de quitação, somos de opinião que o INSS deveria

prosseguir com o processo de correção dos seus dados, com vista a sanar possíveis inconsistências decorrentes do processo de informatização que, como qualquer processo de modernização, pode ter conhecido algumas falhas ou omissões.

Outro desafio deve ser a actualização do estudo actuarial que, a nosso ver, pode assegurar a sustentabilidade do sistema de protecção social, tão indispensável para o bem servir.

Estes são desafios que nos competem a todos, governo, sindicatos e empregadores, como co-actores do INSS.

Senhora Ministra,

**Minhas senhoras e meus
senhores,**

**Conforme me referi no começo
desta intervenção, modernizar é
*o acto de adaptar-se aos usos e
costumes modernos.* Ora, os
usos e costumes das economias
modernas impelem-nos a um**

maior comprometimento não apenas no processo de aprovação de reformas mas, sobretudo, da sua implementação.

Auguramos, pois, que desta Reunião Nacional, o INSS produza instrumentos que possam contribuir para uma avaliação positiva do país, em variáveis como a obtenção de

alvarás de construção, abertura de empresas e pagamento de impostos, só para citar alguns exemplos de reformas que influenciaram a queda de Moçambique no último relatório do Banco Mundial sobre o *Doing Business*.

E estas são reformas que incidem directamente sobre a

criação de oportunidades de emprego que permitem aos cidadãos e às empresas exercerem os seus deveres de canalizar contribuições ao sistema de segurança social para gozo dos direitos daí resultantes.

Um terceiro desafio que se nos impõe, como instituição que, a

par do Conselho Consultivo de Trabalho (CCT), representam a expressão mais aprofundada do diálogo público-privado, por agregarem em si os principais actores da nossa economia (sindicatos, empregadores e governo), é de aplicar as mesmas energias que temos dedicado à aprovação de reformas na adopção de medidas

complementares para a sua implementação.

Estamos todos claros que deste mandato, nesta componente de modernização, ficou o desafio de aprovar um estatuto orgânico que simbolizasse práticas de gestão modernas, ao nível do que é exigido de uma instituição deste calibre, de interesse de todos!

Senhora Ministra,

Caras e caros,

Gostaria, antes de terminar, de saudar os significativos avanços que a CTA conheceu ao longo dos últimos anos, fruto da parceria, comprometimento e liderança de todos os seus actores.

Destes avanços, há algo que constitui uma conquista para a transparência em gestão que é a publicação de contas dos

últimos 5 exercícios. Pela primeira vez, temos as contas em dia. Parabéns para todos!

Auguramos a todos uma reunião produtiva e fecunda de resultados que assegurem a melhoria contínua do nosso sistema de segurança social.

Pela Melhoria do Ambiente de negócios!

Muito obrigado!